

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO	
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
<p>A - O valor do salário da categoria envolvida na prestação dos serviços deverá ser informado com base no acordo ou convenção coletiva. <b>Em conformidade com o Decreto 12.174/2024, somente serão aceitas as propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela Administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.</b></p> <p>Obs: Os demais itens deste módulo, conforme modelo fornecido pelo Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, foram retirados da planilha de custos e formação de preços, uma vez que a contratação em questão não comporta tais provisionamentos.</p>	
MÓDULO 2 - (ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS)	
2.1. 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
<p><b>A – 13º Salário</b></p> <p>Fundamento Jurídico: Art. 7º, VIII, CF/88</p> <p>Memória de Cálculo: <math>[(1/12) \times 100] = 8,333\%</math></p> <p>Onde:</p> <p>1 – Ocorrência de evento 13º no ano</p> <p>12 = Número de meses do ano</p> <p>100% = Salário integral</p>	8,33%
<p><b>B – Férias e Adicional de Férias</b></p> <p>Fundamento Jurídico: Art. 7º, XVII, CF/88</p> <p>Memória de Cálculo: <math>[(1/11) \times 100] = 9,09\% \cong 9,075\%</math> IN 05/2017 SEGES</p> <p>Memória de Cálculo: <math>\{[(1/3)/11] \times 100\} = 3,03\% \cong 3,025\%</math> IN 05/2017 SEGES</p> <p>Onde:</p> <p>1 – Ocorrência de evento no ano</p> <p>11 = Número de meses do ano</p> <p>1/3 = Adicional de férias</p> <p>100% = Salário integral</p> <p>Obs: A retenção para a conta vinculada para Férias+Adicional de Férias é 12,10%, segundo o Anexo XII da IN 5/2017 SEGES.</p>	12,10%

<b>2.2. Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições</b>	
<b>A – INSS</b> Memória de Cálculo: 20,00% x (MÓD 1 + MÓD 2.1) Fundamento Jurídico: Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991. Obs: Poderá informar outra porcentagem, de acordo com o regime de tributação da empresa licitante.	<b>20,00%</b>
<b>B – Salário Educação</b> Memória de Cálculo: 2,50% x (MÓD I + MÓD II.1) Fundamento Jurídico: Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.	<b>2,50%</b>
<b>C - SAT - pode variar de 0,5% a 6% em função do FAP - Fator de Acidente Previdenciário</b> A porcentagem a ser preenchida neste subitem deverá ser a correspondente ao FAP x RAT. O FAP, Fator Acidentário Previdenciário, trata-se de um coeficiente que varia de 0,5 a 2,0, válido por um ano, peculiar a cada empresa, referente ao fator acidentário de prevenção que afere o seu desempenho, dentro da respectiva atividade econômica, relativamente aos acidentes de trabalho ocorridos neste determinado período. Já o RAT, Riscos Ambientais do Trabalho, é uma contribuição social exigida nos termos do inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, destinada a financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa, podendo ser de 1, 2 ou 3%, de acordo com o grau de risco. O valor do FAP da licitante será aferido mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.	
<b>D- SESC ou SESI</b> Memória de Cálculo: 1,50% x (MÓD I + MÓD II.1) Fundamento Jurídico: Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990	<b>1,50%</b>
<b>E - SENAI-SENAC</b> Memória de Cálculo: 1,00% x (MÓD I + MÓD II.1) Fundamento Jurídico: Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC)	<b>1,00%</b>
<b>F - SEBRAE</b> Memória de Cálculo: 0,60% x (MÓD I + MÓD II.1) Fundamento Jurídico: Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990	<b>0,60%</b>
<b>G - INCRA</b> Memória de Cálculo: 0,20% x (MÓD I + MÓD II.1) Fundamento Jurídico: Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.	<b>0,20%</b>
<b>H - FGTS</b> Memória de Cálculo: 8,00% x (MÓD I + MÓD II.1)	<b>8,00%</b>

Fundamento Jurídico: Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF/88.

2.3. Benefícios Mensais e Diários

**A - Vale transporte:** Baseado no preço da passagem do município correspondente, tendo como parâmetro de cálculo 21 dias úteis - (6% do total da remuneração).  
Fundamentação: art. 4º, parágrafo único, da Lei 7.418/85.

**B – Auxílio-Refeição/Alimentação e demais benefícios:** Subtraia, se for o caso, o valor descontado do empregado conforme indicado na Convenção Coletiva apresentada ou no percentual máximo de 20% (Regulamento do PAT) .

Em conformidade com o Decreto 12.174/2024, somente serão aceitas as propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela Administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, utilizando como parâmetro 21 dias úteis.

OBS: DIAS ÚTEIS SEGUNDO O TCU = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário -pág.15)

Demais benefícios deverão ser informados com base no acordo ou convenção coletiva apresentada pela licitante, se for o caso.

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

**A – Aviso Prévio Indenizado** 0,46%

Memória de Cálculo:  $[5,55 \times (1/12)] = 0,458\%$

Onde:

1 = um mês não trabalhado

12 = número de meses do ano

5,55% = percentual de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, de acordo com estudo do STF (fls. 187/199 – volume IV) e

Obs: Uma vez que se trata de custo não renovável, tal provisionamento, após o primeiro ano de vigência contratual, deverá ser reduzido para 0,046%.

**B - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado** 0,04%

Fundamento Jurídico: Súmula n.º 305 do TST

Memória de Cálculo:  $2.2F \times 3.A = (0,08 \times 0,00458) \times 100 = 0,036\%$

Onde:

II.2H = FGTS

III.A = Aviso Prévio Indenizado

**C – Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado** 3,48%

Memória de Cálculo:  $(8\% \times 40\%) \times 90\% \times (1 + 5/56 + 5/56 + 5/168) \times 100$

<p>Onde:</p> <p>8,0% é a alíquota do FGTS;</p> <p>40,0% corresponde à alíquotas da Multa do FGTS</p> <p>90,0% é a proporção a ser observada (tirada do Caderno de Vigilância / LC nº110/2001. Estudos CNJ – Resolução nº 98/2009);</p> <p>1 refere-se a um salário inteiro;</p> <p>5/56 é referente às parcelas de férias e 13 salário;</p> <p>5/168 é a parte referente ao terço constitucional.</p>	
<p><b>D – Aviso Prévio Trabalhado</b></p> <p>Fundamento Jurídico: Art. 7º, XXI, da CF/88, 477 e 487 da CLT</p> <p>Memória de Cálculo: <math>\{[(7/30) / 12] \times 100\} = 1,94\%</math></p> <p>Onde:</p> <p>07 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar</p> <p>30 = número de dias no mês</p> <p>12 = número de meses no ano</p>	1,94%
<p>Obs: Uma vez que se trata de custo não renovável, tal provisionamento, após o primeiro ano de vigência contratual, deverá ser reduzido para 0,194%, diante dos ditames da Lei 12.506/2011 (acréscimo de 03 dias por ano de serviço prestado).</p>	
<p><b>E - Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b></p> <p>Fundamento Jurídico: Art. 7º, XXI, da CF/88, 477 e 487 da CLT</p> <p>Memória de Cálculo: 2.2% x 3.D% = percentual variável</p> <p>Onde:</p> <p>2.2 = Percentual total do submódulo 2.2</p> <p>3.D = Aviso Prévio Trabalhado</p>	Preenchimento automático
<p><b>F - Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b></p> <p>Memória de Cálculo: 4% - 3.C</p> <p>Onde:</p> <p>4% se refere ao valor total da “Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado”.</p> <p>3.C = Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado</p>	0,52%
<b>MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>A – Substituto na cobertura de Férias</b>	0,93%

Fundamento Jurídico: Art. 7º, VIII, CF/88

Memória de Cálculo:  $[(1/12) \times 100] \cong 8,33\%$

Memória de Cálculo:  $\{[(1/3)/12] \times 100\} \cong 2,78\%$

Memória de Cálculo:  $8,33\% + 2,78\%/12 \cong 0,93\%$

Obs: O custo deste provisionamento é para cobrir as despesas com o 13º, férias e adicional de férias do funcionário substituto. Os demais direitos e despesas serão atraídos como se titular fosse, enquanto o mesmo estiver desenvolvendo as atividades do titular.

**B – Substituto na cobertura de Ausências Legais**

0,28%

Fundamento Jurídico: Art. 476 da CLT

Memória de Cálculo:  $\{[(1/30)/12] \times 100\} = 0,28\%$

Onde:

1 = Média de falta de cada trabalhador por ano, de acordo com estatísticas do IBGE

30 = Número de dias no mês

12 = Número de meses do ano

100% = Salário integral

**C – Substituto na cobertura de Licença Paternidade**

0,02%

Fundamento Jurídico: Art. 7º, XIX, CF/88

Memória de Cálculo:  $\{[(5/30)/12] \times (1,5\% \times 100)\} = 0,02\%$

Onde:

5 = Número de dias em que o empregado não trabalha e a Contratada o remunera

30 = Número de dias no mês

12 = Número de meses do ano

1,5% = Média de trabalhadores que são pais durante o ano, de acordo com estatísticas do IBGE

100% = Salário integral

**D - Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho**

0,03%

**E - Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade**

0,08%

Fundamento Jurídico: Impacto do item férias sobre a licença maternidade.

Memória de Cálculo:  $[(0,1111 \times 0,02 \times 0,333) \times 100] = 0,07\%$

Onde:

0,1210 = 12,10% = Custo sobre os salários das férias integrais dos trabalhadores

0,02 = 2% = percentual estatístico adotado como de empregadas que se afastam por licença maternidade

0,333 = 4 meses ao ano -  $4/12$  = período em um ano que se referem às férias proporcionais ora calculadas

#### **MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS**

Obs: Os subitens A e B deste Módulo serão preenchidos automaticamente após preenchimento dos custos unitários da ABA 2.UNIFORME\_EPI's. Em caso de não preenchimento, a licitante deverá apresentar a devida justificativa.

#### **MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

**A - Custos Indiretos:** Eventuais custos não previstos expressamente na memória de cálculo devem ser cobertos pelos custos indiretos.

**B - Lucro:** Discricionário

**C - Tributos:** A licitante deve preencher esse item com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato (lucro real/lucro presumido), comprovado mediante documento fiscal a ser anexado junto à planilha de custos e formação de preços.